

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE ORGANIZADA EM DEFESA DAS ÁGUAS DO RIO DO SAL, MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, SERGIPE¹

Leuzenilda Pereira da Silva²
Carlos Alberto Vasconcelos³



RESUMO

Nos últimos anos, a preocupação com a degradação e exaustão dos recursos naturais deixa de ser tema apenas de movimentos ambientalistas e passa a ser prioridade para diferentes atores sociais. Estudos neste sentido foram realizados na sub-bacia do rio do Sal, município de Nossa Senhora do Socorro em Sergipe, como o objetivo de Analisar a participação da comunidade organizada e do Poder Público em defesa das águas do rio do Sal. Este estudo está fundamentado na pesquisa participante, que valoriza a convivência e o diálogo com o grupo estudado, no qual a comunidade participou na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação socioambiental. Importante mencionar que a tomada de decisão da comunidade em denunciar as constantes mortandades de peixes, inicia-se formalmente no Ministério Público Federal no ano de 1996. A atuação efetiva do referido órgão constitucional, culminou em um conjunto de documentos elaborados, relatórios técnicos e de fiscalização, recomendando "medidas" que visam sanar a problemática. Novas mortandades de peixes ocorreram. Em dezembro de 2003 o Órgão municipal de Gestão Ambiental é convocado a intervir. Contatos foram mantidos tanto com a comunidade organizada local quanto com os poderes públicos que atuam na área para investigar a atuação dos atores sociais envolvidos. Após o procedimento instaurado pela Curadoria do Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro, maio de 2004, o processo prossegue em audiências públicas realizadas em agosto e outubro de 2006. Sendo assinado um Termo de Ajustamento de Conduta para o monitoramento ambiental da sub-bacia do rio do Sal. Como fruto da mobilização social em prol da despoluição do rio do Sal o órgão local elaborou um documentário. Embora exista todo um arcabouço legal referente à temática ambiental, grande parte da população do município, especificamente do Complexo Taíoca desconhece os instrumentos constitucionais de participação e, portanto, a força que exerce na proteção do meio ambiente.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Mobilização Social, Cidadania, Recursos Hídricos e Metodologia Participativa.

¹ Artigo retirado da monografia intitulada Meio Ambiente e Participação Comunitária: Um Exercício de Cidadania na Sub-Bacia do rio do Sal, Município de Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, do Curso de Especialização em Educação Ambiental da Faculdade Atlântico. 2008.

² Graduada em Geografia com Especialização em Manejo de Água e Solo em Microbacias Hidrográficas e Educação Ambiental. Educadora Ambiental da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro/SE.
E-mail: leupsilva@yahoo.com.br

³ Orientador do Trabalho. Mestre e Doutorando em Geografia. E-mail: geopedagogia@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A preservação e conservação ambiental do planeta tem sido um dos assuntos mais discutidos e difundidos nos meios de comunicação de todo o mundo e deixaram de ser apenas uma previsão tornando-se uma necessidade em face os problemas ambientais, os quais estão se tornando cada vez mais intensos. Por outro lado, o desenvolvimento econômico se faz necessário para a satisfação das necessidades do homem.

2

Assim, o modelo de desenvolvimento econômico que contemple as gerações atuais e futuras deve estar fundamentado no desenvolvimento sustentável, definido no Relatório Brundtland como:

Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, 1988, p.49).

A participação do cidadão na defesa do meio ambiente é fundamental, porque a qualidade deste reflete na qualidade de vida da população. Segundo Toro & Werneck *apud* Silva (1999), a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade, uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando quotidianamente, os resultados desejados por todos. Citando ainda os mesmos autores:

O processo de mobilização passa por dois momentos. O primeiro é o do despertar do desejo e da consciência da necessidade de uma atitude ou mudança. O segundo é o da transformação desse desejo e dessa consciência em disposição para a ação e na própria ação. (TORO & WERNECK *APUD* SILVA, 1999, p.03).

Nesse contexto, as constantes mortandades de peixes ocorridas na sub-bacia do rio do Sal, no município de Nossa Senhora do Socorro, no estado de Sergipe, fizeram com que a comunidade organizada de pescadores, colocasse de lado a postura passiva e adotasse a ativa, procurando os mecanismos legais de atuação na tutela do meio ambiente, acionando o Poder Público nas esferas federal, estadual e municipal.

Diante do exposto, pretende-se com este artigo analisar a participação da Comunidade Organizada e do Poder Público em defesa das águas do rio do Sal, no

Complexo Taiçoca, município de Nossa Senhora do Socorro e áreas circunvizinhas, bem como, sua atuação no que diz respeito à aplicação de medidas mitigadoras no combate a problemática ambiental da região em virtude das constantes mortandades de peixes.

O rio do Sal é afluente perene do rio Sergipe, que tenta resistir à intensa degradação, mas as descargas de produtos químicos, de esgotos domésticos, de dejetos provenientes de pocilgas e abatedouros clandestinos e o lixo, estão comprometendo a vida no rio.

Nesse sentido, expressa-se relevância do tema em questão. Esperando-se contribuir para a socialização da tomada de decisão da comunidade organizada e civil em mobilizar-se na defesa do meio ambiente.

2 METODOLOGIA

O presente texto, resultado de um trabalho monográfico está fundamentado na pesquisa participante, que valoriza a convivência e o diálogo com o grupo estudado, o resgate da história local e a caracterização do ambiente natural e dos principais impactos das ações antrópicas. Consistiu inicialmente nos contatos iniciais com a comunidade organizada, através de reuniões participativas na sede do órgão local de gestão ambiental. Nessa instância, os participantes relataram a necessidade de intervenção por parte do poder público, em virtude das constantes mortandades de peixes ocorridas no rio do Sal.

A partir desse contato com a comunidade, foi definida coletivamente a dinâmica de funcionamento das reuniões seguintes objetivando um projeto comum de investigação. Cada participante apontava caminhos e informações que eram registradas em atas para posterior análise e encaminhamentos.

A segunda etapa constou no trabalho de campo e no levantamento bibliográfico, documental sobre a poluição do rio Sal e afluente Palame, mobilização social, instrumentos constitucionais de participação em defesa do meio ambiente, antropismo, cujas informações foram identificadas, compiladas e fichadas, conforme sugerem Marconi & Lakatos (1990).

O trabalho de campo consistiu no reconhecimento da área de estudo, das comunidades humanas do entorno e instituições que interagem no local. As técnicas utilizadas neste trabalho para coleta de dados foram as seguintes: (i) observação direta intensiva participante; (ii) observação direta extensiva (MARCONI & LAKATOS, 1990). Baseado em Phillips (1974), adotou-se a técnica “observador como participante”, onde o pesquisador se identifica junto à comunidade e dedica o seu tempo nas tarefas relacionadas com a pesquisa. Nos contatos com a comunidade foi utilizada a técnica de entrevista sem roteiro, por meio de conversas informais onde se observou as condições ambientais e o modo de produção socioeconômico. Adotou-se também o processo de se obter dados através de informantes-chaves, conforme sugere Peltó & Peltó (1978).

3-PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS

A percepção ambiental de um indivíduo ou comunidade está diretamente relacionada com a forma pela qual ele interage com as questões ambientais. O desenvolvimento desse aspecto é fundamental para fortalecer a cidadania e a participação efetiva da comunidade em questões locais, estabelecendo atitudes proativas perante as situações e possibilitando as mudanças de paradigmas de valores e modelo de desenvolvimento. (HAMMES, 2004).

A percepção do meio ambiente entendida numa visão holística associa não apenas os fatores físicos e biológicos, mas também os aspectos sociais, econômicos e culturais que interagem em um ambiente.

A Lei n.º 6.938 de 31/08/81 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente no artigo terceiro, parágrafo primeiro, define meio ambiente como “*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas*”.

Para Di Tullio (2005), o estudo da percepção ambiental como ferramenta na compreensão das intrincadas relações entre o ser humano e o meio ambiente pode trazer contribuições valiosas para a Educação Ambiental crítica e transformadora, que visa à reflexão sobre atitudes e valores atuais.

Neste contexto, as constantes mortandades de peixes no rio do Sal, mobilizaram a comunidade de pescadores e lideranças comunitárias do Complexo Taiçoca a solicitarem em dezembro de 2003, intervenção por parte do poder público local, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente-SEMAIMA.

5

Segundo documento interno da SEMAIMA, (ata de reunião nº 01 /2003), em 16-12-2003, os atores sociais envolvidos anteriormente citados participaram de reunião, onde discutiram uma estratégia de “despoluição” do rio do Sal, e relataram a necessidade de intervenção da esfera municipal, em virtude das constantes mortandades de peixes, no referido rio.

A partir dessa reunião foi definida coletivamente a dinâmica de funcionamento das reuniões seguintes, objetivando um projeto comum de investigação. Os participantes apontavam caminhos e forneciam informações que foram registradas em atas para posterior análise e encaminhamentos.

A primeira preocupação citada pelos participantes foi que o rio do Sal é considerado um elemento natural muito importante para o município. A seguir alguns depoimentos que afirmam a importância e preocupação em relação ao rio do Sal.

(...) , o rio é fundamental para a sobrevivência dos pescadores.
(Pescador da Colônia Z6 1ª reunião em 16/12/2003.)

(...) , o rio é espaço de lazer para comunidade local, e precisa ser preservado.
(Líder comunitário do conjunto João Alves 1ª reunião em 16/12/2003.)

No entanto, após alguns debates, o foco em questão foi a diminuição do pescado em função da poluição e do aterramento do leito do rio.

O rio do Sal está muito poluído e precisa fazer uma limpeza nas margens e fazer uma campanha de conscientização para preservar o rio, urgente.
(Pescador da Colônia Z6 1ª reunião em 16/12/2003.)

(...) , muitas pessoas do São Braz, joga o lixo dentro do rio do Sal, não entende que poluem e matam aos poucos o rio.
(Pescador do São Braz, 2ª reunião em 29 de dezembro de 2003.)

Em reunião, alguns participantes sugeriram que antes do mutirão de limpeza das margens fosse realizada uma visita técnica para saber o índice de poluição das águas do rio, com parceria dos órgãos ambientais: federal, estadual e municipal.

(...), não adianta fazer um mutirão de limpeza nos rios se não tomar providência em relação às tubulações das casas que ficam próximo e nas margens dos rios, são as fábricas que poluem e matam os peixes e mariscos.

(Pescador e representante da Associação de Pescadores da Taiçoca de Fora, na 4ª reunião em 12 de janeiro de 2004.)

(...), o rio do Sal está muito poluído, existe vários tipos de objetos, como: aparelhos eletrônicos, (tubos de imagens), frascos, garrafas descartáveis, panos, colchões, vidros, lixo doméstico, resíduos químicos, restos de animais, ... , além dos dejetos sanitários do aglomerado urbano do entorno do rio. As pessoas que passam na ponte do rio do Sal no conjunto João Alves, jogam lixo de cima da ponte diretamente dentro do rio.

(Lider comunitária do Mutirão do Conjunto Governador João Alves Filho, na 1ª e 3ª reunião em 16 de dezembro de 2003 e em 12 de janeiro de 2004.)

Segundo os participantes, uma das formas de minimizar o problema da poluição seria a adoção de um sistema de tratamento de esgoto que exige uma infraestrutura cara, demanda tempo para ser construído e entrar em funcionamento. Como podemos constatar no depoimento:

O município sozinho não conseguirá despoluir os rios, pois necessita de equipe técnica e de financiamento.

(Secretário Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro. Janeiro de 2004.)

Estamos construindo o Código Ambiental do município de Nossa Senhora do Socorro que representará um novo olhar para o meio ambiente local, constituindo-se no mais importante instrumento para que o município consolide sua posição e compromisso de pensar globalmente e agir localmente.

(Assessoria Ambiental da Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro. Janeiro de 2004.)

Outra forma discutida e apresentada na reunião foi que o município precisa dar um destino ambientalmente correto ao lixo. Que é considerado um grave problema municipal.

Vale ressaltar que a proposta de um consórcio para construção do Aterro Sanitário, apresentada pelo Ministério Público, entre os municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Aracaju perdura desde 1998.

(Representante da Universidade Federal de Sergipe. Fevereiro de 2004.)

Durante reunião foram apontados como problemas emergenciais a serem mitigados: o lixo doméstico, dejetos sanitários, caxixe de usinas de cana, efluentes industriais, entre outros.

7

O crescimento urbano no município também foi citado como uma das causas do aumento da produção do lixo e dos dejetos sanitários:

(...), os esgotos dos Conjuntos Habitacionais e das casas de invasões, são despejados sem tratamentos no rio do Sal, teste realizado com a água do rio apresentou índice de coliformes fecais em torno de 2.200”mg/litros.

(Líder comunitário do Areal Mangabeira, na 6ª reunião em 11 de fevereiro de 2004.)

Técnicos da ADEMA fizeram visita à Usina de Cana da região e às fábricas para verificação dos equipamentos de segurança ambiental, constando que ambas estão dentro das normas de segurança ambiental.

(Técnica representante da ADEMA, na 6ª reunião em 11 de fevereiro de 2004.)

Objetivando reconhecimento da problemática ambiental dos rios do município e principalmente do rio do Sal, os participantes das reuniões sugeriram uma visita de registro, uma vez que, a Universidade Federal de Sergipe e a ADEMA disponibilizariam dados técnicos.

A visita de registro tem como objetivo documentar através de filmagem, e registro fotográfico as agressões ambientais ao longo do curso do rio do Sal e rio Cotiniquiba, visando contribuir para realização do diagnóstico ambiental e alimentar o banco de dados futuro da Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente.

(Assessoria Ambiental da SEMAIMA, 6ª reunião em 11/02/2004.)

A embarcação solicitada pela SEMAIMA à Capitania dos Portos de Sergipe, para a viagem pelos rios, não foi possível devido a profundidade dos mesmos. A capitania fornece uma lancha com salva vidas para acompanhar todo o trajeto, bem como, vai realizar a vistoria nos equipamentos de segurança na embarcação contratada.

(Representante da Capitania dos Portos de Sergipe. 6ª reunião em 11/02/2004.)

Os depoimentos acima colhidos⁴ nas reuniões participativas, constataram a necessidade de uma ação imediata pelo Poder Público para conter essas agressões ao rio e/ou fazer com que o(os) agressor(es) interrompa(m) a ação poluidora e seja(m) obrigado(s) a reparar(em) os danos causados.

8

Diante do contexto explícito, percebe-se que os resíduos sólidos urbanos, esgotos sanitários, ocupação humana desordenada das margens do rio, os efluentes industriais, usinas de cana, são contribuintes para a poluição das águas do rio do Sal.

Portanto, a falta de informação da sociedade organizada e civil da sub-bacia do rio do Sal para a preservação e/ou conservação do meio ambiente é decorrente dos condicionantes sociais e culturais que influem no modo como uma população se relaciona com o ambiente natural, pois a vida social gera uma complexa teia de representações simbólicas, que atuam como parâmetros para o processo de interação com o meio natural.

Neste sentido, a participação da comunidade organizada local, na defesa do meio ambiente através da convocação dos órgãos públicos foi de extrema importância para os desdobramentos da intervenção solicitada ainda em curso.

4- ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO FEDERAL E ESTADUAL

A Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, estabeleceu em seu Art. 14, no parágrafo 1º a legitimidade do Ministério Público da União e dos Estados para propor ações de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente (BRASIL, 1996).

Nesse aspecto, entra em cena um dos mais importantes atores sociais, na defesa do meio ambiente: o Ministério Público. O seu acionamento pelas Colônias de Pescadores Z6 e Z1, Federação de Associações Comunitárias de Nossa Senhora do

⁴ Depoimentos registrados em atas de reuniões do órgão municipal de gestão ambiental anos de 2003 e 2004

Socorro e da Associação de Moradores do Parque Nossa Senhora de Fátima, em 1996, ocorreu como forma imediata de frear o processo de mortandade de peixes no rio do Sal e afluentes e ao mesmo tempo fossem adotadas medidas mitigadoras para resolução e/ou minimização para esses impactos ambientais.

Procedimento Administrativo foi instaurado pelo Ministério Público, através da Curadoria do Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro em maio 2004, em função das constantes mortandades da fauna aquática ocorrida no referido rio e visa, efetivamente, apontar tecnicamente os causadores da poluição deste importante recurso hídrico.

A atuação efetiva do referido órgão constitucional, culminou em um conjunto de documentos elaborados, relatórios técnicos e de fiscalização, recomendando "medidas" que visam sanar a problemática. O processo prossegue em audiências públicas realizadas em agosto e outubro de 2006. Sendo assinado um Termo de Ajustamento de Conduta para o monitoramento ambiental da sub-bacia do rio do Sal.

Observando os documentos fornecidos pelo Ministério Público Federal e Estadual e pela Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), constata-se que o referido Órgão Estadual vem atendendo as solicitações do poder judiciário, com elaboração e encaminhamento de relatórios técnicos desde 1999 e relatórios de monitoramentos acordados no Termo de Ajustamento de Conduta nº 03, datado de 2000, informando que o Setor de Laboratório do referido órgão realiza análises periódicas da poluição das águas do rio do Sal.

Em virtude das constantes mortandades de peixes no estuário do rio do Sal, a ADEMA elabora Relatório Técnico nº 03/2005 referente às causas da poluição no rio do Sal, confirmando as conclusões citadas nos relatórios anteriores:

(...), lançamento *in natura* de esgoto urbano, lixo, ocupação desordenada das margens promovendo destruição dos manguezais; supressão da vegetação promovendo a erosão das margens; baixo poder econômico da população, favorecendo a pesca predatória;

(...), a causa principal da mortandade de peixes foi devida à elevada carga orgânica lançada no rio pelos esgotos sanitários originários de núcleos habitacionais.

No Inquérito Civil instaurado referente ao Procedimento Administrativo nº 037/2004 da Promotoria de Justiça Especializada do Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro e Aracaju, para apuração das causas da poluição do rio do Sal, foi assinado no dia 31 de outubro de 2006, um Termo de Ajustamento de Conduta, onde a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) e a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) se comprometeram em financiar o projeto de monitoramento Ambiental da sub-bacia do rio do Sal, a ser realizado pelo Laboratório de Química Analítica Ambiental da UFS, de acordo com Termo de Audiência Pública - Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Sergipe/ Procuradoria do Meio Ambiente, datado de 31/10/2006.

Vale ressaltar que, após os procedimentos acima mencionados, o Ministério Público do Estado de Sergipe, logo que, o Laboratório de Química Analítica Ambiental da UFS apresente os primeiros resultados do monitoramento da sub-bacia do rio do Sal, dará continuidade ao Procedimento Administrativo nº 037/2004/Ministério Público do Estado de Sergipe (Promotoria da Justiça Especializada do Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro e Aracaju).

5 - ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Novas mortandades de peixes no estuário do rio do Sal são noticiadas nos jornais do Estado. Em dezembro de 2003 o Órgão de Gestão Ambiental municipal é convocado a intervir. Para atender à solicitação da comunidade organizada, a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, como órgão gestor, adotou como estratégias medidas administrativas e preventivas.

As medidas administrativas que possibilitaram colheita de testemunhos, geração de documentação, relatórios, produção de documentário e construção da lei ambiental foram:

- Convidar diversos segmentos da sociedade e a comunidade em geral para participarem de reuniões sobre os problemas do rio do Sal;
- Solicitar participação da DESO nas reuniões sobre a poluição das águas do rio do Sal;

- Entrar em contato pessoal e através de ofício circular com diversas instituições como a SEMA/ADEMA, UFS, SRH, PETROBRÁS, IBAMA, UFS, Fundação de Amparo a Pesquisa de Sergipe (FAP/SE), Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET/SE), SEBRAE e Secretaria de Meio Ambiente de Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas, Aracaju (EMSURB), para obter informações à cerca de possíveis convênios voltados à análise de parâmetros ambientais, visando um projeto em prol da despoluição do rio do Sal;

- Participar como membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Sergipe. Biênio 2004-2006, onde na reunião do dia 13/04/2004, apresentou relatório com fotos sobre as agressões ambientais aos rios, intitulado Poluição do rio do Sal e do rio Cotinguiba é discutida em reuniões, conforme relatório de atividades da SEMAIMA, 2004;

- Realizar uma viagem⁵ pelos rios no município para registro fotográfico e filmagem das agressões ambientais. Observa-se nas figuras nº 1 e 2, momentos desta atividade.

Figuras 1 e 2 - Viagem em to - tó - tó pelos rios, em 05/05/2004, com participação de vários segmentos da sociedade, Rio do Sal, município de Nossa Senhora do Socorro, Sergipe.



Fonte: Trabalho de Campo, 2004.

- Como resultado da viagem, a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente produziu em parceria com a UFS, um documentário de 10 minutos em VHS intitulado Retrato dos Nossos Rios, destinado às escolas do ensino

⁵ Viagem fruto da mobilização da comunidade organizada teve seu ponto de partida na Prainha São Pedro Pescador, Povoado Porto Grande, a margem direita do rio Cotinguiba, no município de Nossa de Nossa Senhora. Com itinerário: rio Cotinguiba, Cajaíba, Sergipe e o Sal.

fundamental e médio do município, associações comunitárias, bibliotecas, sociedade civil, entre outros atores sociais, como forma de sensibilização e mobilização social em prol da despoluição dos rios.

Dando continuidade as medidas administrativas adotadas pelo órgão municipal de gestão ambiental, pode-se mencionar:

- Realizar em dezembro de 2004 encontro para relatar resultados de trabalhos em prol da despoluição dos rios do Sal, e afluentes, com os atores envolvidos, segundo página on line da Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro.

- Elaborar e aplicar questionário sócio ambiental em Junho de 2005, aos moradores ribeirinhos da margem esquerda do rio do Sal. Resultando em documento intitulado “Perfil dos Moradores à Margem do rio do Sal”, objetivando levantar subsídios para elaboração de um projeto de políticas públicas que resgate o cidadão e recupere a margem do rio.

- Requisitar da ADEMA em 2005 termo de referência para nortear a construção de um projeto em prol da despoluição do rio do Sal.

- Construir participativamente o Código Ambiental do município. Cujas oficinas temáticas foram realizadas de 06 a 08 de junho de 2006, sendo apresentada a proposta de anteprojeto de lei⁶ para discussão com os diversos segmentos da sociedade. A figura 3 ilustra momentos das oficinas para formulação da lei.

Figura 3- Oficinas temáticas na Construção do Código Ambiental do município, junho 2006, na sede do município de N. Sr^a do Socorro/SE.



Fonte: Trabalho de campo, 2006.

⁶ Anteprojeto de lei de autoria de técnicos da SEMAIMA, bem como, a coordenação e mediação das oficinas temáticas para sua discussão.

Quanto às "medidas preventivas" o órgão local trabalhou com a sensibilização da população adotando-se os seguintes procedimentos:

- Técnicas de comunicação grupal como por exemplo: reuniões, oficinas temáticas, palestras, exposições itinerantes relacionadas à semana da água, semana da árvore, semana do meio ambiente, dias de sensibilização sobre coleta seletiva, exposições fotográficas das agressões ambientais, vídeos, músicas, teatros, dinâmicas, entre outros. Como pode se observar nas figuras 4 e 5.

Figuras 4 e 5- Ciclo de palestras e dia de sensibilização com alunos das Escolas situadas no Complexo Taiçoca, município de Nossa Senhora do Socorro/SE



Fonte: Trabalho de campo, 2005 e 2007.

Neste contexto, a Educação Ambiental como política pública tem suas diretrizes gerais fixadas na Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e define as obrigações de vários atores sociais (Poder Público, instituições educativas, meios de comunicação de massa, empresas, entidades de classe, entre outros).

A Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro, tem sido convocada pelo Ministério Público Estadual a participar das audiências públicas referentes ao citado processo e aguarda o seu desdobramento.

As comunidades organizadas: de pescadores, comunitárias e a sociedade civil têm com frequência, através de telefonemas e de ofícios denunciado ao órgão ambiental municipal as agressões ao meio ambiente.

A referida instituição atende as denúncias através do encaminhamento de convocações aos infratores, para numa relação dialógica resolver o problema ambiental. Tal procedimento ocorre enquanto o órgão de meio ambiente aguarda a implementação do Código ambiental do município, que reestrutura as atribuições, competências e amplia o quadro de profissionais técnicos, (Artigo 6º da Lei Municipal nº 703/2007).

6. CONCLUSÃO

A problemática ambiental instaurada na região fez com que a comunidade organizada saísse de sua postura passiva, para uma postura ativa, através de uma mobilização, que buscou os mecanismos legais a fim de reverter ou mesmo frear o processo de poluição instaurados na sub-bacia do rio do Sal, no complexo Taiçoca, em Nossa Senhora do Socorro-SE e áreas circunvizinhas.

A atuação popular nesse aspecto deve ser mais intensa e estruturada, pois serão mais eficazes como instrumentos de pressão junto ao poder institucionalizado, responsável pela defesa do meio ambiente.

Despejos “*in natura*” de esgotos provenientes dos núcleos urbanos; lançamento de lixo de forma direta no rio e seus afluentes; ocupação desordenada das margens do rio promovendo a destruição do mangue e do leito são as principais causas da mortandade dos peixes apontadas pelos laudos técnicos.

Nesse sentido, percebe-se, que é preciso uma mudança na cultura política tradicional – a qual promove os interesses de grupos economicamente concentradores – para uma nova cultura política de participação social, na qual os grupos sociais marginalizados sejam incluídos no processo produtivo, expressem seus interesses, discutam e busquem alternativas para os problemas ambientais locais.

O Poder Público Municipal, através da SEMAIMA órgão de preservação e controle ambiental no município de Nossa Senhora do Socorro, construiu participativamente sua lei ambiental (Lei nº 703/2007), aguarda sua implementação. Passo fundamental para disciplinar com legitimidade as ações do poder público local e

da coletividade, na construção de um ambiente ecologicamente sustentável e economicamente viável.

As campanhas educativas com as comunidades estudantis, pescadores, lideranças comunitárias e políticas do entorno do rio do Sal, no município, visando sensibilizar os atores sociais envolvidos na problemática em questão não surtiram o efeito desejado.

15

Percebe-se, portanto, que esses trabalhos não podem ser desenvolvidos de formas pontuais e sim de maneira contínua, pois só assim pode-se fazer com que seus integrantes compreendam e respeitem a real função de uma área de preservação permanente.

A ausência dos relatórios de monitoramento ambiental da sub-bacia do rio do Sal dificultou uma análise concreta das medidas mitigadoras implementadas. Desse modo, verifica-se que a referida sub-bacia necessita de um Programa de Educação Ambiental em consonância com uma fiscalização preventiva, isto é, que marque presença constante na área, pois esta serviria para inibir a ação dos degradadores. Isto não descarta a fiscalização repressiva, aquela que notifica e autua os infratores.

Embora exista todo um arcabouço legal referente à temática ambiental, grande parte da população do Complexo Taiçoca desconhece os instrumentos constitucionais de participação e portanto, a força que exercem na proteção do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEMA – **Relatórios Técnico nº. 05/ 2004 e nº 03 / 2005**. Aracaju: Administração Estadual do Meio Ambiente. DEAMOAM. 2006. (não paginado), (mimeog).

BRASIL. Legislação do meio ambiente: **atos internacionais e normas federais**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, v.1, 1996. 801p.

16

_____. Política Nacional de Educação Ambiental. **Lei nº 9.795 27 de abril de 1999**. Brasília. 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 250p.

Di Tullio, Ariane. **A abordagem participativa na construção de uma trilha interpretativa como uma estratégia de educação ambiental em São José do Rio Pardo-SP**. São Carlos 2005. Dissertação de Mestrado- Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. 2005.

HAMMES, Valeria Sucena. Proposta Metodológica de Macroeducação: **Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável**, volume 02, /Embrapa, São Paulo, Globo, 2004.

JORNAL DA CIDADE - **Desastre no rio do Sal**. Manchete. Aracaju-SE, 14 de maio de 2004, Ano XXXIII Nº 9.560.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Técnica de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990, 231p.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Termo de Audiência Pública/Rio do Sal - Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Sergipe/ Procuradoria do Meio Ambiente**, 2006.

PELTO, P. J., PELTO, G. H. **Anthropological reseach the structure of inquiry**. 2. ed. Cambridge, University, 1978, 330p

PHILLIPS, B. S. Pesquisa social: **Estratégias e táticas**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO. **Lei municipal nº 703/2007**. 65p (mimeog).

SEMAIMA - Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro. **Relatórios de atividades** anos 2004/2005/2006. (mimeog)

SILVA, Leuzenilda Pereira da. **Temática ambiental e denúncias: um exercício de cidadania, na microbacia hidrográfica do Rio Lagartixo, Município de Capela, Sergipe**, Brasil São Cristóvão (SE): 1999. 49p. Monografia. Universidade Federal de Sergipe.